



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reservada	REUNIÃO Nº: 0237R/16	DATA: 01/04/2016	
LOCAL: Hotel Florianópolis Palace, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	INÍCIO: 08h59min	TÉRMINO: 10h27min	PÁGINAS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IVANOR PAULO HUFF - Presidente do Movimento de Defesa da Propriedade, Dignidade e Justiça Social — DPD.  
CLAUDIR DE COSTA - Engenheiro agrônomo.  
CLAUDIR FAVER - Agricultor e ex-Presidente do Sindicato dos Agricultores de Abelardo Luz.  
WOLMAR MARTINI - Agricultor.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.  
Há falha na gravação.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Hoje é dia 1º de abril, estamos em Florianópolis com a Comissão Externa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

Estamos aqui com o Sr. Fernando Rocha, nosso consultor da Câmara dos Deputados, e o Dr. Marcelo Xavier, Delegado da Polícia Federal, para ouvir depoimentos que sirvam de base para a nossa CPI, para que sejam registrados como um documento para podermos usar nesse processo que estamos levantando quanto à questão da FUNAI e do INCRA.

E aqui conosco já estão membros da DPD, Associação dos Agricultores de Cunha Porã e Saudades, tem a questão da área indígena que está sendo discutida, a área dos agricultores chamada Araçá.

Vamos passar a palavra para o Presidente da Associação, Paulo Huff, e para os membros dessa comunidade para que façam seus depoimentos e respondam aos questionamentos desta CPI nesta tomada de depoimentos em Florianópolis.

Eu queria passar a palavra para o Sr. Paulo Huff. Também estão aqui conosco o Valdir e o Claudir, membros de Cunha Porã.

Passo a palavra, para que seja gravado e registrado na CPI do INCRA e FUNAI como documento que servirá para os nossos trabalhos, ao Sr. Paulo Huff, Presidente da Associação dos Agricultores da área de Cunha Porã e Saudades.

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Eu quero relatar que entre os Municípios de Cunha Porã e Saudades houve uma invasão indígena no ano de 2000, em julho de 2000, sem nunca ter sabido de uma pretendida área indígena ali. Houve simplesmente uma invasão. Em outubro do ano de 2000, conseguimos a reintegração de posse, e aí o processo continuou. Em 2007, o Ministro Tarso Genro assinou a Portaria como sendo área indígena. E foi feito um laudo antropológico pela FUNAI, contratada pela FUNAI, contratou uma antropóloga, Kimiye Tommasino. E ela foi contratada no ano de 2002. E o mapa que resultou na área indígena era posterior, já estava pronto quando ela... Ela pegou todo o processo pronto já. Foi o CIMI que elaborou tudo. Nós temos inclusive provas, até dentro do laudo antropológico, de que tem cópias que ela nem tirou o timbre do CIMI. Ficou o timbre do CIMI gravado em cima no laudo mesmo. Então, prova aí que o laudo já estava





pronto antes da contratação dela, tem a data do mapa, o mapa tem data, né, já estava pronto quando ela recebeu o processo e tudo. E ela nem sequer foi na área lá, nenhuma vez ela visitou os agricultores ali, essa Kimiye Tommasino. Depois disso, nós fizemos um laudo contraditório, e depois o Claudir vai falar sobre esse laudo. Nós fizemos um laudo e entregamos para a FUNAI para ela julgar, mas a FUNAI nunca julgou. E, posterior a isso, nós entramos na Justiça, nós entramos na Justiça derrubando a decisão do Ministro da Justiça, a portaria dele. Nós não entramos pedindo indenização, nada. Nós entramos derrubando, porque nós entendemos que lá nunca houve área indígena, e os documentos provam que nunca houve área indígena. Eles não têm nenhum documento que prove que ali houve uma vez área indígena. Tanto é que nós ganhamos na primeira instância, em Chapecó. Ganhamos. O Dr. Narciso proferiu uma sentença favorável a nós agricultores, e após isso, a FUNAI, o Ministério Público, recorreram, e a União recorreram em Porto Alegre. Em Porto Alegre, primeiro o processo entrou em 2013, no começo de 2013, e logo houve uma sentença favorável à FUNAI, ao Ministério Público. E aí nós entramos com um embargo de declaração e, para surpresa nossa, nós entramos com embargos e aí o processo... foi pedido o processo físico a Porto Alegre, tudo, e aí os juízes reformaram a sentença e a sentença foi totalmente favorável aos agricultores, porque os fatos expostos no processo provam que ali nunca houve área indígena. Então, agora, querem criar uma área indígena onde os agricultores vivem há mais de 90 anos? Vivem os agricultores ali e querem criar uma área indígena? Inclusive, é agricultura familiar com uma média de 14 hectares por família. Agora, de novo, a FUNAI, a União e o Ministério Público entraram com embargos em Porto Alegre. Vão ter que ser julgados esses embargos lá em Porto Alegre. Nós não sabemos se isso será logo ou se vai demorar um pouco. A nossa esperança é que esses embargos sejam julgados e mantida a sentença. Inclusive, eu tenho cópia dessa sentença benfeita pela Juíza Pantaleão, do TRF da 4ª Região.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Sou Fernando Rocha, Consultor da Câmara.

Pergunto: qual foi a etnia que invadiu a área lá?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Etnia guarani. Não sei. Tem mais algum nome, mas é guarani. Esse antropólogo que nós contratamos aceitou defender a





causa, porque a sua tese de mestrado foi sobre o povo guarani, e ele não encontrou, na época, nenhum registro de povo guarani no oeste catarinense. Por isso, aceitou a nossa causa. Senão, ele não teria aceitado defender os agricultores. Ele fez um estudo e comprovou que nunca houve guarani no oeste catarinense.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Esses indígenas guaranis, o senhor sabe dizer de onde eles vieram, como eles apareceram, quem os conduziu e se há outras informações nesse sentido?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Na verdade, esses índios guaranis viviam em Nonoai, que se dizia área indígena guarani e kaingang. Eles brigaram entre si, e o CIMI achou por bem procurar um lugar, uma nova área para esses guaranis. Casualmente, caíram ali na nossa região. Quem os trouxe foi o CIMI, o Conselho Indigenista Missionário. Depois disso, eles foram retirados. Agora, eles estão em uma área indígena em Chapecó. Na primeira vez em que o juiz determinou a retirada deles, o juiz nos pediu para arrumarmos condução, caminhões para levá-los. Nós arrumamos os caminhões e, quando chegaram a Nonoai, eles sequestraram os motoristas e depois liberaram os motoristas no mesmo dia, mas os caminhões ficaram 14 dias retidos dentro da área Nonoai.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Eu queria entender melhor.

O senhor disse que eles vieram de Nonoai para essa região de invasão, onde eles se encontram, mas, depois, o senhor me falou que o juiz determinou que uns caminhões fossem levados para Nonoai.

Eu não entendi direito esse movimento. Eu gostaria que o senhor esclarecesse melhor.

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Quando o proprietário da terra ganhou a reintegração de posse, porque quem os retirou foi a Polícia Federal, o juiz determinou que os agricultores ou a Prefeitura de Saudades arrumassem caminhões. Aí, nós arrumamos os caminhões e os levamos a Nonoai. Quando os caminhões chegaram a Nonoai — os índios mesmo foram levados de ônibus, os caminhões levaram a mudança deles —, eles sequestraram os motoristas e os mantiveram reféns por algumas horas. Depois, a Polícia Federal conseguiu liberar





os motoristas, mas os caminhões ficaram quase 14 dias lá retidos, inclusive, dando prejuízo aos donos dos caminhões.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Então, vamos entender melhor: eles eram de Nonoai, invadiram a área da região de Saudades e foram levados, após a decisão do juiz, de volta para Nonoai.

Hoje, esses índios estão onde?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Hoje, eles estão em uma aldeia indígena em Chapecó, em cima de 8 hectares de terra. Foram trazidos de volta, porque houve uma nova invasão, mas logo os agricultores se mobilizaram, fizeram trincheiras nas pontas, na estrada, e eles se retiraram. Os índios pediram para se retirar. Depois disso, eles nunca mais invadiram ali.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Eles não invadiram lá em Saudades. É isso?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Lá em Saudades.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Vamos entender melhor.

Eles vieram de Nonoai e se estabeleceram em que lugar exatamente?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Numa propriedade lá de Saudades, no Município de Saudades, de um proprietário.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Quem era o proprietário?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Era Carlos Zimmer o proprietário. Ele conseguiu a reintegração de posse. Eles invadiram em julho, e ele conseguiu em outubro a reintegração de posse.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Aí eles voltaram para Nonoai? É isso?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - É.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - De Nonoai eles retornaram para a região de Chapecó?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Eles retornaram para Saudades.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Saudades?





**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Saudades. De lá é que eles saíram e foram para a região de Chapecó.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Então, na verdade, na segunda vez, pelo que eu entendi, eles desceram para Saudades, foram expulsos da região de Saudades e foram para Chapecó.

Eles estão hoje na região de Chapecó?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Eles estão hoje na Reserva Sede Trentin, uma área indígena que também tem povo kaingang.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Eu queria que o senhor repetisse o nome da reserva, porque eu não entendi.

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Sede Trentin.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Sede?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Sede Trentin.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Sede Trentin.

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Trentin.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - O Paulo falou dessa questão.

Agora, eu queria que o Claudir de Costa contasse um pouco da história dos agricultores que estão lá. Se for possível, eu quero saber desde que época estão lá, que documentação eles tinham na origem, quantos agricultores são, mais ou menos, quais as características da área, o que produzem lá e o que fazem.

O Paulo já colocou aqui, mais ou menos, as questões gerais.

Pergunto só para identificarmos exatamente essa área e sabermos há quanto tempo os pequenos agricultores estão lá. Conte um pouco da história e da origem desses agricultores que estão lá, para podermos identificá-los, porque se levanta a tese de que as áreas indígenas que estão sendo reivindicadas são de grandes propriedades.

Para mostrar a característica dessa área denominada Araçáí, nós precisamos de dados mais concretos. O senhor, que participou, poderia falar alguma coisa sobre a documentação já existente sobre esses agricultores — a origem, a tradição que eles têm lá, desde quando estão lá, que igrejas existem lá — para termos uma ideia da condição dessa propriedade lá na área Araçáí.





**O SR. CLAUDIR DE COSTA** - Meu nome é Claudir de Costa. Eu sou engenheiro agrônomo, funcionário público da Prefeitura em Cunha Porã e acompanho essa causa, desde o início, em função da realidade que aconteceu lá. Houve a invasão em julho do ano 2000. Então, os primeiros locais que os agricultores procuraram foram as Prefeituras, os sindicatos, porque ninguém conhecia a realidade de uma invasão indígena. Isso até assustou um pouco os agricultores, porque eles não tinham conhecimento. Lá não havia aldeia indígena, não existiam indígenas morando no local. Eu trabalho na Prefeitura desde 1994, e o meu pai mora na cidade de Cunha Porã desde 1970. Quando fui para lá, eu tinha 7 anos. A nossa propriedade não está dentro da área indígena, e não tínhamos conhecimento da existência de reserva indígena. Bom, no início, os agricultores vieram nos procurar, e nós fizemos um pequeno levantamento. Depois, com os dados da FUNAI e com o laudo do grupo técnico, eles nos informaram que ficou estabelecido que seria de aproximadamente 2.700 hectares a área pretendida. E, nesses 2.700 hectares, há mais de 170 famílias morando, ou seja, são áreas de pequenas propriedades. É fácil, ao dividir a área total pelo número de famílias, constatar com facilidade essa realidade. Esses agricultores são trabalhadores, são pessoas de bem, que têm uma grande produção agropecuária. Essas pessoas, digamos, ficaram assustadas com a situação e vieram procurar a Prefeitura. Não era realmente a minha função, mas, como o Município de Cunha Porã está envolvido nessa causa, a Prefeitura me delegou o acompanhamento dessa questão nos momentos que não coincidissem com o meu trabalho de engenheiro agrônomo, para eu poder dar um apoio e uma assessoria. Depois, eu até participei do levantamento fundiário. Foi-nos feito um levantamento do valor das propriedades, do número de agricultores envolvidos e coisas do gênero, porque envolve grande parte do território do Município. Para se ter uma ideia, o Município de Cunha Porã tem 23 mil hectares de área aproximadamente — essa área também abrange o Município de Saudades. Uma questão importante: os agricultores vieram nos procurar, e a equipe jurídica nos informou que haveria a necessidade de contestar esse grupo técnico, uma vez que não tinha indígenas. Aí nós fomos procurar quem? Um antropólogo. Inclusive, quem iniciou esse trabalho foi o Odacir Chini. Eu o acompanhei, e fizemos ligações à noite para esse pessoal. A grande dificuldade dos agricultores foi encontrar um





antropólogo, porque os antropólogos contatados não aceitavam, eles simplesmente não queriam falar. Um dia — eu me lembro muito bem disso —, nós falamos com uma mulher antropóloga, que nos disse o seguinte: *“Eu não posso assumir a causa, porque eu já fiz uma defesa de agricultores. Se nós defendermos os agricultores, a associação dos antropólogos — o conselho deles — pode prejudicar ou até cassar o nosso registro”*. Depois nos indicaram o Prof. Hilário Rosa, e entramos em contato com ele. O Prof. Hilário Rosa, de Bauru, São Paulo, é um antropólogo, um senhor de idade já com bastante experiência, que respondeu o seguinte: *“Eu vou lá, mas, se realmente os agricultores tiverem razão, se houver injustiça, eu faço o laudo. Senão, não faço”*. Ele foi lá, deu uma olhada na área, não encontrou índios, entrevistou várias pessoas de idade de todas as comunidades, que foram unânimes em falar que não existia aldeia. Aí ele pegou a questão. Nesse laudo de contestação, ele faz graves acusações em relação à atuação dos antropólogos da ABA — Associação Brasileira de Antropologia. Nós vamos inclusive entregar uma cópia para as pessoas e para o Deputado Colatto do laudo antropológico do Prof. Hilário Rosa, em que ele atesta que os indígenas estão sendo manipulados por ONGs, uma delas o CIMI, e por outras ONGs internacionais. No andar do processo, que eu também acompanhei, nós vimos requerimentos assinados por pessoas que são analfabetas, segundo o Ministério Público, em reunião com autoridades. Depois, aparece um documento assinado, com uma assinatura escrita. Em outro documento a assinatura é diferente, ou seja, há falsificação de documentos nesses processos. É uma denúncia grave. E há também o Ministério Público Federal, algumas pessoas, algumas pessoas do Ministério Público Federal, alguns nomes... Durante a audiência, por exemplo, a Dra. Analúcia... Lá em Chapecó tinha uma Procuradora também, a Maria Rezende Capucci... Então, os agricultores são massacrados nessa situação, porque, na verdade, quando se fazia uma reunião, iam 4 ou 5 agricultores, e vinha um monte de gente em cima. Eu acho que é uma questão complicada para os agricultores, porque, no meu entendimento, ali não tinha reserva indígena. Não tinha reserva. Pelo menos desde que eu moro ali, digamos, há 40, 45 anos, não tem. Não tinha reserva indígena ali. Nós sabemos que o Brasil era todo indígena em 1500, mas dali para frente...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*





**O SR. CLAUDIR DE COSTA** - Bom, o CIMI... A Jussara Rezende Capucci, o marido dela, enfim, esse pessoal... A Jussara Rezende Capucci era quem fazia todas as reuniões. Inclusive, nós estivemos em debates aqui em Chapecó, na televisão. Enfim, eu acho que existe muita história mal contada. No relatório se colocam os principais líderes, os mais antigos. Consta do relatório que João Barbosa nasceu em 2 de junho de 1966 na terra indígena Nonoai; o Antônio Barbosa nasceu na terra indígena de Pinhalzinho; o Clementino Barbosa nasceu em 12 de outubro de 1912 na Argentina; a Carmelinda Barbosa nasceu em 2 de dezembro de 1921 em Soledade; o Valmir Barbosa nasceu em 25 de dezembro de 1976 na terra indígena Votouro; o Marcemino Mariano de Moraes nasceu no dia 12 de março de 1923 na terra indígena de Nonoai. Então, veja bem, isso aqui tem documentos e está nesses laudos, e, inclusive, no laudo antropológico da Kimie. Outra questão importante: eu trabalho em Cunha Porã há todos esses anos e eu nunca vi, eu não conheço a Kimie. Não a conheço, nunca a vi.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. CLAUDIR DE COSTA** - É. Talvez ele não tenha colocado esses números que eu estou colocando, mas o laudo tem.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Delegado Marcelo, só para saber do senhor... Essas informações que o senhor está passando constam no processo judicial ou no contralaudo?

**O SR. CLAUDIR DE COSTA** - Olha, no contralaudo eu não posso lhe dizer, mas o laudo antropológico que nós temos aqui tem todas essas informações. Eu extraí essas informações do laudo. Inclusive, passei-as para o Prof. Hilário. Agora, no laudo dele, que eu vou entregar para vocês, ele não colocou que o fulano de tal nasceu em tal data. Veja bem, eu até poderia colocar outros nomes, porque dá a entender que, por exemplo, em 1912, o Clementino Barbosa nasceu na Argentina; depois, a Carmelinda Barbosa nasceu em 1921, em Soledade. Ou seja, houve uma migração da Argentina e do Paraguai, vindos para Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que é mais ou menos o que a história conta, e eles, daquela região, vieram para Nonoai. Por isso que está "*nasceu na terra indígena Votouro*", "*...na terra indígena Nonoai*". Temos aqui uma certidão do Sr. Rodolfo em que ele diz que, em 1996, vieram três pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, de Florianópolis,





Dra. Maria Dorothea Post Darella, com mais três pessoas, e que ele fez uma declaração pública, porque o nome dele foi citado no laudo antropológico — eu vou deixar essa declaração para depois ser estudada —, e eles pediram para filmar um pé de ipê. E perto da casa deles tinham uns indígenas vendendo cestos, pessoal da terra de Iraí. E eles pediram para filmar um pé de ipê que estava florido e depois colocaram lá um monte de coisas. E ele foi fazer uma declaração a esse respeito. Eu também gostaria de colocar uma questão que é muito importante: a UNOESC, em Chapecó, na Faculdade de História, nos Trabalhos de Conclusão de Curso — TCC, os alunos fazem um trabalho e entrevistam algumas pessoas, e eles acham — eu posso dizer que acho, não posso afirmar isso — que determinados alunos são induzidos a fazer determinadas afirmações, e, depois, aquela afirmação é colocada num contexto maior, e, desse contexto, depois, tiram-se conclusões apressadas e equivocadas. Nós também temos um problema aqui em relação ao CIMI, à Diocese de Chapecó. Nesse processo, inclusive, está presente no laudo do grupo técnico da Kimie, eles criam uma comissão e divulgam na Internet para o pessoal fazer moções de apoio. E essas moções de apoio acabam virando documentos em favor dos agricultores.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CLAUDIR DE COSTA - É.** Era D. Manuel Francisco. Hoje ele não está mais na diocese de Chapecó. A diocese de Chapecó era a diocese de referência na questão do indigenismo. O CIMI induz os indígenas. Eu vejo, às vezes, que agricultores vão lá, fazem acordo com os indígenas em uma determinada instância e, poucos dias depois, o acordo não é cumprido. O Paulo até poderia falar mais sobre esse assunto. Outra questão importante que eu também gostaria de colocar: eu vou apresentar esses documentos de que essas terras foram legalmente adquiridas, têm títulos de 1927, de 1921, e foram cedidas para a colonizadora assentar os agricultores. Eu vou entregar um documento, aqui, em que os agricultores de origem estrangeira precisavam de uma autorização da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras — eu vou colocar aqui uma de 1946 — para comprar lotes rurais. Os agricultores tinham que fazer o requerimento, pedir autorização, e aqui tem uma autorização, um visto do General Alcio Souto, Presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. Eu vou ler aqui: “A





*Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, em sessão de 25 de abril de 1946, tomando em consideração o pedido formulado pela Companhia Territorial Sul Brasil, sediada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, em requerimento de 19 de agosto de 1940, protocolado sob o nº 269/40, nessa Secretaria, resolveu conceder autorização para passar escrituras definitivas dos lotes situados no Município de Chapecó — antigamente, era tudo Município de Chapecó —, Território Federal do Iguazu — como era na época —, vendidos às pessoas abaixo”. Eu vou citar só o primeiro nome: Frederico Danich, alemão, 507 mil metros quadrados. Há uma vasta relação. Até os estrangeiros precisavam de autorização especial do Exército. Outra questão que eu acho relevante: os indigenistas falam que, quando da colonização do oeste do Estado de Santa Catarina, os colonizadores não reservaram espaço para os índios. Tenho aqui um documento — a fonte é o Piazza —, sobre a região oeste de Santa Catarina, área de atuação das companhias colonizadoras. Há um mapa em que se vê uma área reservada aos índios, no centro, localizada na região de Ipuacu. Hoje, existe uma reserva titulada. Então, essa área foi reservada aos índios na época da colonização. Também se coloca no laudo técnico que certas pessoas foram espancadas, que os índios foram expulsos de lá. Os agricultores pegaram, conseguiram uma certidão e não tem, em lugar nenhum, nem na delegacia de Saudades, nem na de Cunha Porã, nada em relação ao tema.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Então, isso é falso?

**O SR. CLAUDIR DE COSTA** - Isso é falso. Existe muito, e eu acho um erro muito grave — essa é minha opinião — que se aceite a tradição oral como prova documental. *“Meu avô contou para o meu pai que contou para mim que lá em tal lugar tinha uma reserva indígena”*. Eu não acho muito correta que essa tradição oral seja aceita pelo Ministério Público Federal e por algumas entidades, porque os documentos que nós temos não falam disso. Isso foi, de maneira geral, aceito pela acusação, para criação das reservas indígenas. Há mais alguma pergunta que eu possa responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Eu só gostaria, Claudir, que você deixasse cópia de toda essa documentação para os membros da CPI. Não sei se o Delegado Marcelo tem alguma pergunta.





Eu acho que são muito esclarecedoras essas condições, inclusive a da faixa de fronteira, uma faixa reservada para a segurança nacional e que um general do Exército tinha que dar autorização. Esse era um documento muito importante, Dr. Fernando, Delegado Marcelo. Nós estamos trabalhando no Congresso Nacional para resolver essa questão da faixa de fronteira, onde se diz que não há propriedade privada. Esse documento é muito valioso para nós esclarecermos não só a questão da CPI, mas também a questão da faixa de fronteira.

Eu queria pedir ao Paulo que falasse da outra questão que ele tem levantado. Houve uma discussão muito grande sobre a permuta de uma área por outra, inclusive com a presença do ex-Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, duas vezes, em Santa Catarina, fazendo a proposta.

O que aconteceu com essa proposta da permuta? Por que não se concretizou essa promessa, esse compromisso do ex-Ministro da Justiça, Cardozo, quanto à permuta da área de Araçá por uma área no Município de Bandeirante? Até hoje está abandonada essa questão, essa proposta de o Governo do Estado, junto com o Governo Federal, adquirir uma área de terra em outro Município, para que ficassem lá os indígenas e se mantivessem as terras dos agricultores. Por que isso não aconteceu?

Rapidamente, peço que o Paulo Huff, Presidente da nossa associação dos agricultores de Araçá, conte para nós o que aconteceu.

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Nós, agricultores, fomos procurados pelos indígenas para que ajudássemos a arrumar um lugar para eles. Então, com a ajuda do Deputado, fizemos o levantamento de uma área que podia ser comprada pelo Estado e chegamos a uma área no Município de Bandeirante, que era da família Boker. Eram mais de 800 hectares de terra, inclusive com casas, moradias já estabelecidas. Os índios foram olhar a área e gostaram. Aceitavam comprar aquela área. Não seria uma permuta permanente. O processo judicial ia continuar igual, para eles terem uma colocação. O Governo do Estado se propôs a comprar essa área. Mas, como tinha várias escrituras, tiveram de fazer a unificação das escrituras. Demorou o processo até sair a compra da terra. Depois, o Ministério Público Federal sugeriu ao Governo do Estado que não comprasse a área, porque podia se complicar. Aí o Governo, que estava querendo cair fora mesmo, aproveitou e não





comprou a terra. Após isso, foi feito um documento, pelo Ministério Público Federal de Chapecó, com sede em São Miguel do Oeste — um documento que, a meu ver, tem até assinatura fraudulenta, porque tem três assinaturas com a mesma letra, e depois aparece a assinatura dos mesmos indivíduos com outras escritas bem diferentes. E os índios, depois, declararam que não iriam mais aceitar comprar a terra em Bandeirante. E hoje, de novo, depois disso — depois que eles perderam em Porto Alegre, e nós ganhamos a sentença —, eles nos procuraram para nós tentarmos alugar uma terra para eles morarem. E nós não fizemos mais nada, porque já houve frustrações nesse sentido de eles não aceitarem mais a compra na área de Bandeirante. E houve várias reuniões, inclusive, do Ministro da Justiça conosco e os índios na Assembleia Legislativa do Estado. Fizemos reunião, e todo mundo estava de acordo em fazer essa permuta. Então, vinham o Ministério Público e o CIMI... Na verdade, é assim: os índios de Chapecó, que se dizem guarani, têm várias religiões, e os que são católicos, geralmente, não aceitam. Se não há consenso, eles não aceitam. A decisão deles tem que ser unânime. E eles não aceitaram mais ir para Bandeirante e ficou assim.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Eu não sei. Há um documento em que o Ministério Público Federal sugeriu ao Governo do Estado que não comprasse a área, mas só sugeriu que não comprasse para não se complicar, e aí nós enviamos a notícia de que não iriam comprar. Também, agora, se nos derem favoráveis, em Porto Alegre, temos esperança de que continue assim.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Qual é o nome dos índios que são as lideranças, os caciques naquela região?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - O cacique é o Marcos Mariani. Tem o Miguel Barbosa, Pedro Barbosa, João Barbosa, Mariano de Moura...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - São essas assinaturas aqui?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - Temos várias assinaturas deles, inclusive três delas aqui podemos provar que são falsificadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Paulo ou Cláudio, não sei qual dos dois pode responder, como está a situação hoje dos agricultores lá quanto à preocupação, a tensão que está havendo de perder a área, de mudar ou não.



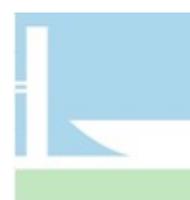


Aconteceu de pessoas ficarem doentes, falecerem, pela pressão que sofreram por ter sido dito que as terras não seriam dos agricultores, embora tenham lá mais de 100 anos de moradia? Há alguns fatos que aconteceram lá nesse processo de pressão que veio de fora para tirar os agricultores? Nessa história, há algum fato que vocês possam registrar?

**O SR. IVANOR PAULO HUFF** - A pressão é constante. Imagine 16 anos vivendo essa pressão, porque um agricultor sem terra não é ninguém. A única coisa que o agricultor tem é a terra. Há pessoas de idade que não sabem fazer outra coisa a não ser trabalhar a terra. Mesmo os novos são treinados para serem agricultores. E se eles forem para a cidade, vão fazer o quê? Por causa dessa pressão, muitas pessoas entraram em depressão — muitas mesmo! Isso foi constatado pela Secretaria de Saúde, que pode fornecer documentos, mostrando que muitas pessoas daquela área, um índice muito maior do que o normal, entraram em depressão, inclusive na geração de filhos. Houve casais novos, com poucos filhos; alguns, sem filhos, com futuro incerto. Isso tudo é um processo de 16 anos. É um bom período. Eu nasci naquela terra. Meu avô comprou a terra. Passou por minha mãe, que hoje tem 74 anos. Eu nasci lá, moro lá e quero terminar minha vida ali, trabalhando naquelas terras. Ninguém prova que ali foi área indígena nem no passado distante nem num passado mais recente. Nunca houve área indígena. Houve uma invasão e nós ganhamos a reintegração de posse. Foi isso que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Eu queria que o Claudir, que é engenheiro agrônomo e conhece bem a realidade, desse um panorama da economia dessa área. O que se produz, o que se planta, o que se cria lá? Qual é a característica dessa área hoje cultivada e trabalhada pelos agricultores e agora reivindicada pelos indígenas?

**O SR. CLAUDIR DE COSTA** - Os agricultores de lá são pessoas muito trabalhadoras. A região de Cunha Porã, no oeste de Santa Catarina, é reconhecida como a região de maior produção de proteína animal do mundo por unidade de área. Essa região está inserida nessa situação. Lá, há pessoas muito trabalhadoras. Como colocou o Paulo, as pessoas vivem em estado de choque e de preocupação, há 16 anos. Muitas pessoas adoeceram, inclusive. Essas pessoas, mesmo assim,



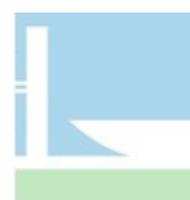


não esmoreceram, são pessoas que continuam trabalhando e produzindo, porque, no entender deles, eles vão vencer essa situação, uma vez que, como foi colocado anteriormente, não existia aldeamento, não existia indígena. A esperança desse pessoal é que as autoridades do País vejam a situação que está colocada e a grande injustiça que está sendo feita. Como foi falado, esse pessoal veio de Nonoai. São pessoas nascidas em outras regiões e que, simplesmente, agora, estão... Nada contra os indígenas, mas está sendo retirado o direito dos agricultores. E como bem colocou o Paulo também, o agricultor só é alguma coisa quando tem sua terra e seus meios de produção. Não adianta tirar o agricultor de lá e levar para outro lugar que tenha só a terra. Levam-se muitos anos para uma propriedade ser estabelecida, para a construção dela, uma vez que as margens líquidas da agricultura são relativamente pequenas. Então, a indenização, mesmo que venha a acontecer, se indenizar um galpão com 30 anos de idade para o agricultor, quando ele está com 100% em condições de produzir, ele vai receber uma indenização ínfima, uma vez que esse bem é considerado depreciado. E se ele se estabelecer em outro lugar, ele vai ter que construir e fazer algo novo. E isso tem um custo muito alto e provavelmente inviabiliza. Eu acho que é uma situação de grave injustiça que o pessoal vai ter que estudar mais a fundo. Esse é um caso emblemático. Estudem a situação da reserva que querem criar em Saudades e em Cunha Porã e vão descobrir quanta injustiça está acontecendo nesse meio da questão do indigenismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Paulo, Claudir, Wolmar, querem fazer mais alguma declaração aqui? Há mais alguma coisa que vocês querem colocar que não ficou claro?

O Claudir vai fazer uma última colocação. Eu pediria que você colocasse à disposição da CPI todos os documentos que mencionou e que tiver, para que possamos analisar e a área técnica possa utilizar esse material para fazer o Relatório da CPI da FUNAI e INCRA, que está sendo feita na Câmara dos Deputados.

**O SR. CLAUDIR DE COSTA** - Acho que essa questão da criação de reservas indígenas é um problema muito grave. Existe uma organização orquestrada. Eu gostaria de citar a UNOESC. Há muitos anos, alguns professores, o Santo Rossetto, o Jaci Poli, Arlene Renk, Alceu Werlang, que trabalham na área de História,





escrevem e escreveram artigos e colocam os alunos de História para fazer trabalhos de TCC e induzem, de certa maneira, os alunos a fazer algo tendencioso. Depois, essas monografias de TCC são utilizadas para a criação de várias situações. Há também a questão do CIMI, que é o berço. O centro de coordenação era a diocese de Chapecó, não sei se continua, porque o Bispo Dom Manuel foi transferido. O Ministério Público Federal também está oprimindo os agricultores, porque, nas reuniões de que participei e às quais assisti, ele atua como um advogado da parte dos indígenas. E, muitas vezes, as colocações de alguns agentes do Ministério Público Federal deveriam ser mais estudadas. Nós fomos a algumas reuniões onde estava a Procuradora Dra. Analúcia Hartmann, e realmente ela castigou os agricultores. É uma situação muito grave. Lá em São Miguel do Oeste também havia outra Procuradora da República, Maria Rezende Capucci. Não sei se é coincidência, mas a indigenista que trabalhava no CIMI chamava-se Jussara Resende Capucci, e o marido dela também era Capucci. Então, os dois trabalhavam no CIMI e fizeram aqueles levantamentos. Depois, a Maria Rezende Capucci, que trabalhava em Chapecó, também vivia cutucando e mexendo nessa questão. Quando o pessoal fazia uma reunião, um acordo, daí a pouco vinha uma decisão. Ou seja, não sei quem, mas alguém manipula os indígenas, pega eles e os leva de um lado para outro, fazendo o que querem com eles. Isso está gerando muita intranquilidade e uma insegurança muito grande para os agricultores, porque, a qualquer momento, em qualquer lugar, pode ser criada uma reserva indígena.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Então, nós encerramos agora o depoimento da área de Araçá, Cunha Porã e Saudades. Agradecemos a presença de vocês.

Mais uma vez, reiteramos que a documentação que você colocou aqui, Claudir, seja colocada à disposição da CPI, assim como outra documentação que vocês tiverem também. Isso é importante para que possamos continuar o nosso trabalho.

Encerramos esta oitiva e agradecemos a cada um de vocês por terem estado aqui e colaborado com a CPI da FUNAI e INCRA.

Obrigado!

*(Pausa prolongada.)*





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Nós vamos, agora, tomar o depoimento, na CPI da FUNAI e INCRA, em Florianópolis, em 1º de abril de 2016, juntamente com o Dr. Marcelo, delegado federal, e o Fernando, que é o nosso consultor.

Após ouvir as pessoas de Cunha Porã e Saudades, vamos ouvir, então, a questão da área Imbu, de Abelardo Luz, e está aqui conosco o Claudir Faver, que é o ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também pequeno agricultor, e o Wolmar Martini, que são proprietários nessa área que está em litígio em Abelardo Luz.

Não sei qual dos dois vai falar primeiro. Eu queria que colocassem a situação dessa área, como foi a ocupação, a história, qual é a situação atual, e se há algum fato relevante, como, por exemplo, o pagamento de arrendamento ou alguma área que foi invadida, e que também mencionassem a história do assassinato de Ulisses Stefani, que era o Presidente do Sindicato, enfim, o que vocês acharem relevante dentro dessa questão e que nós vamos aproveitar para a CPI. E, também, se tiverem algum documento para nos deixar, nós agradecemos, para podermos trabalhar isso durante os trabalhos da CPI.

Então, eu passo a palavra agora para o Wolmar Martini, que vai fazer a sua explanação.

**O SR. WOLMAR MARTINI** - O meu nome é Wolmar Martini, eu sou proprietário, representando aqui o meu pai, Sr. Arduíno Martini, que foi o primeiro proprietário, o comprador. Hoje ele está com 95 anos e não tem mais condições. Então, eu estou aqui representando a família. Essa área foi adquirida em 1962, através de escritura pública, registro em cartório, totalmente legalizada. A partir de 1966, nessa área, aproveitando as áreas de campos gerais, foi implantado um projeto de reflorestamento, devidamente aprovado, na época, pelo IBDF, com todas as normas vigentes da época. A partir de 1976, iniciou-se a lavoura nessa área, que possuía mil hectares — hoje tem remanescentes 800 hectares, totalmente mecanizados, agricultáveis, plantados, colhendo uma média de 60 sacos de soja por hectare por ano, e outro tanto de milho. Em 1993... Eu acompanho essa área, juntamente com o meu pai, desde criança, porque, na época em que foi adquirida, eu tinha 12 anos. Então, sempre estive lá, presente, juntamente com o meu pai. E





nunca se viu ou ouviu falar que existia qualquer tipo de aldeamento ou acampamento ou índio, nunca. A notícia de que apareceram os primeiros índios em Abelardo Luz, fixando moradia na cidade de Abelardo Luz, foi a partir de 1993. Neste mesmo ano, 1993, uma antropóloga do Museu do Índio do Rio de Janeiro, por nome de Maria Brea Monteiro, esteve na nossa cidade de Abelardo Luz fazendo um levantamento antropológico. De que maneira? Ela ficou 24 horas na cidade, não contatou nenhum dos proprietários da pretensa área e, simplesmente, não se sabe onde ou acompanhada por quem, emitiu esse laudo antropológico, que, para nós, não tem valor nenhum, é totalmente contestável. E, a partir daí, gerou-se toda essa pendência com a FUNAI. Outro grande problema que nós temos lá é que esses indígenas que se estabeleceram em Abelardo Luz continuam até hoje pressionando, achacando os proprietários, com absoluta certeza, com instruções da FUNAI, do CIMI e de outras ONGs que prestam assistência a esse pessoal. Não se passa 1 semana ou 15 dias sem que cacique, vice-cacique, capitães, principalmente na época de plantio e na época de colheita, estejam lá pedindo, achacando, querendo dinheiro, senão, não deixam plantar ou, então, não deixam colher, interrompendo a estrada, ameaçando de morte os proprietários e os trabalhadores que lá trabalham. Então, essa é a situação que eu tenho para relatar do que estamos vivendo em Aberlado Luz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Você falou que os índios estão achacando. Na prática, o que está acontecendo? O pessoal está cobrando propina, está cobrando... Qual é o argumento para cobrar alguma coisa do proprietário, com a ameaça de que vão invadir e tal? E onde é que estão situados esses ditos indígenas? Em cima da área? Fora da área? Onde é que eles estão localizados?

**O SR. WOLMAR MARTINI** - A aldeia urbana — assim eles chamam lá em Abelardo Luz — está fora da área. Ela está num terreno, cedido pela Prefeitura, onde construíram várias casas. Na época do plantio, vem o cacique e os seus irmãos pedindo dinheiro, ou não deixam plantar. Aí trancam a estrada, ameaçam botar fogo no maquinário, tanto é que as máquinas não podem ficar na lavoura de um dia para o outro; toda noite têm que ser recolhidas para um lugar seguro na cidade, senão eles não deixam. E na época da colheita é a mesma situação.





**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Qual é o nome do cacique?

**O SR. WOLMAR MARTINI** - O nome do cacique é Albari.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Albari?

**O SR. WOLMAR MARTINI** - Albari.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - A etnia lá é guarani?

**O SR. WOLMAR MARTINI** - Caingangue.

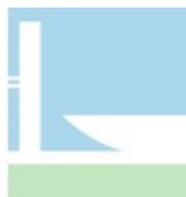
**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Caingangue.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - E a questão da segurança? O que a polícia faz? Qual é o ato que faz para dar segurança aos agricultores? E como ficou o caso de Olices Stefani, que foi assassinado na sua propriedade, que é um caso bem emblemático que nós conhecemos? Como é que a polícia se comporta com referência a dar segurança aos agricultores?

**O SR. WOLMAR MARTINI** - A Polícia Militar de Abelardo Luz até tem nos apoiado, mas sempre tendo de vir uma ordem da Justiça Federal de Chapecó, juntamente com agentes da Polícia Federal. No caso de invasão, um proprietário vizinho nosso teve a sua área invadida no ano passado. Plantaram na área dele, aí houve um processo de reintegração de posse. Aí, sim, a Polícia Militar veio e pediu a desocupação. Inclusive, houve a ordem de prisão do cacique e dos três irmãos do cacique, que estavam comandando esta invasão, e a Polícia Militar prontamente esteve lá. Quando foi para prendê-los, 24 horas depois — eles se evadiram, esconderam-se —, veio uma contraordem, uma liminar da Justiça Federal de Porto Alegre, cancelando a ordem de prisão desses indígenas. Então, essa é a situação. Da Polícia Militar de Abelardo Luz nós temos boas referências, mas sempre sujeita a ordens da Justiça Federal de Chapecó.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Como é feito o pagamento dessa propina pela qual o pessoal pressiona? Para quem vai esse dinheiro? Como é que vive a comunidade? Esses recursos por acaso arrecadados são distribuídos entre a comunidade ou os caciques apenas é que ficam com esses recursos?

**O SR. WOLMAR MARTINI** - O que a gente observa lá, na realidade — eu já estive na aldeia urbana —, é que a comunidade vive em extrema miséria. O cacique e os seus irmãos, que são os capitães lá, têm carros. Além do carro da FUNAI, eles





têm carro próprio, têm casa própria. Então, a conclusão a que a gente chega é que o dinheiro que eles conseguem fica para eles, e não para a comunidade. Nós, para evitarmos conflitos maiores, a minha família, dispusemos 100 hectares de terra para que os índios plantassem ou arrendassem e ficassem com o rendimento da terra, para que mantivéssemos a paz na região, ao menos ali dentro da nossa propriedade. Nem isso basta, porque, além dos 100 hectares que nós doamos para eles plantarem, mesmo assim eles continuam pedindo dinheiro: 5 mil, 10 mil, 15 mil, dependendo da época. E não é uma pessoa só. A conclusão a que a gente chega, pelo que a gente vê, é que esse dinheiro fica com o cacique e com os capitães lá, porque o restante é miserável.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Delegado Marcelo. O senhor tem comprovante do pagamento dessa extorsão? E mais: essa área que o senhor concedeu... Tem algum contrato provando que o senhor concedeu essa área para que eles possam desenvolver essas atividades como condição para que não tragam prejuízos?

**O SR. WOLMAR MARTINI** - Não. Nós não temos contrato, porque, numa audiência junto ao Juiz Federal em Chapecó, Dr. Narciso, onde foi feita a proposta — estavam presentes autoridades da FUNAI, do CIMI e outras autoridades —, eles não aceitaram. Eles não aceitaram assinar um documento, perante a Justiça Federal, da doação dessa terra. Então fizemos só um acordo verbal, no qual cedemos esses 100 hectares para eles plantarem e colherem e para terem uma maneira de subsistência temporária até se decidir a questão: se é área indígena ou não é.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor pagou essas extorsões por cheque?

**O SR. WOLMAR MARTINI** - Não. Eu, na realidade, não paguei.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor sabe de alguém que pagou?

**O SR. WOLMAR MARTINI** - Sei, conheço: as pessoas que plantam dentro da área, os proprietários vizinhos. Mas normalmente é dinheiro vivo.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Vou pedir ao senhor, se o senhor souber de alguém que pagou esse tipo de extorsão por cheque ou por algum





documento que a gente possa rastrear, que o senhor encaminhe cópia desse cheque à CPI, para que a gente possa rastrear onde foi feito o depósito dele e fazer uma vinculação, se foi utilizado para extorsão.

**O SR. WOLMAR MARTINI** - Perfeitamente. Eu conheço as pessoas que fizeram o pagamento em cheque. Outras fizeram em dinheiro; vai ser difícil. Depósito bancário eu acho que não; eu acho que não têm conta em banco. Mas com as pessoas que pagaram essas propinas em cheque, com certeza, eu vou entrar em contato e ver se eles tiraram cópia ou pegaram recibo ou alguma coisa.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Esse acordo foi feito perante o juiz?

**O SR. WOLMAR MARTINI** - Foi feito perante o Juiz Federal Dr. Narciso, de Chapecó. Só que não foi aceito e não foi assinado. Os advogados da FUNAI não permitiram que os índios assinassem. Mesmo assim eles aceitaram 100 hectares de terra para o arrendamento, e ficaram, para manter a paz na região.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Obrigado, Martini. Agora, então, passo a palavra ao Claudir Faver, que é ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pequeno proprietário dessa área. Gostaria até que você explicasse a Sua situação lá, como pequeno proprietário, e nos desse um panorama das pessoas que estão dentro dessa área e fizesse o Seu depoimento.

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Meu nome é Claudir Faver. Eu moro nessa propriedade desde os 4 anos de idade, quando meus pais vieram de mudança. Em 1950 meu pai já veio morar nessa propriedade. Em 1951, em abril, veio a mudança para onde me levaram junto. Então, eu moro nessa propriedade há 65 anos; vai fazer agora, mês que vem. Nunca houve lugar nenhum que tivesse indígena, nem sequer um carreiro, uma picada — como a gente fala — na mata em que passasse índio nessa propriedade. Então, depois, pelo que a gente sabe da história, veio morar na cidade de Abelardo Luz, trazido para Abelardo de Palmas, para o Agenor Barreto, que, na época, era Secretário da Prefeitura, Chefe de Obras, o índio João e o Ivo, para trabalhar na fábrica de compensado do Batinga — o nome, aqui, me perdoe, eu não sei, só conheço por Batinga — e, depois, na fábrica de compensados Narzetti. E aí foi criado o Bairro São João Maria. Essas famílias de indígenas foram morar no Bairro São João Maria para que pudessem trabalhar





nessas fábricas. Aí veio então essa antropóloga Dra. Maria Elizabeth Brea Monteiro, que ficou só 24 horas na cidade, se ficou; nem sequer colocou o pé dentro da propriedade. Nós temos conhecimento de que ela pegou um carro da cidade de Abelardo até Passo das Antas, que é a primeira vila, pela rodovia, e voltou. Foi a visita que ela fez. Ela nunca foi vista lá dentro, porque ela só ficou 24 horas na cidade fazendo esse trabalho, para mim contestável, porque não diz a realidade. A gente está lá; as propriedades hoje, abandonadas. A propriedade do Marmentini — ele tinha moinho, tinha suas criações — está abandonada, não tem mais nada. A do Dorva Viana também. Ele já saiu de lá, com medo. O Ivo Moretto, o Ironi Moretto, duas famílias, saíram de lá também. O Iaticínio hoje está fechado também, caindo aos pedaços. Na minha propriedade as casas também estão destruídas, porque a gente não pode fazer mais nada. A fazenda dos Lunardi, do Edilio Lunardi, onde tinha confinamento, criação de gado, plantação de soja, milho também está toda abandonada. Lá está assim. Então, a gente convive numa incerteza. E essas famílias também não sabem o que fazer. Esses arrendatários que plantam na propriedade dos Martins, da Agroindustrial Lavratti, são sempre extorquidos, senão eles não deixam plantar. E a gente sabe, já tem conhecimento de que esse dinheiro é do cacique e do irmão do cacique, não é distribuído aos outros indígenas. Então, sempre, ou na colheita ou na plantação, eles estão lá, com o Alécio também, sempre querendo dinheiro. E o que eles fazem? Eles sempre pegam a sexta-feira para trancar estradas ou parar as máquinas, porque daí até segunda-feira a Justiça não tem como resolver o problema. Então, eles ganham tempo para isso. Esses dias, a gente sabe que o Ludovic também teve de dar um valor — parece que mil reais — a cada um deles, senão não deixariam plantar o trigo. Então, a gente vive numa incerteza. O que a gente vê é que a FUNAI não quer resolver o problema indígena. A FUNAI está criando conflitos. Acho que tinha de melhorar a vida do indígena, tinha que ver o que é necessário para eles viverem melhor, dar mais saúde, mais educação, treinar com cursos de trabalho na agricultura e em outros setores. O indígena quer isso, o indígena não quer terra. A FUNAI é que está aí, pressionando, fazendo conflitos com os agricultores e os indígenas.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O que os índios fazem lá?





**O SR. CLAUDIR FAVER** - Nada.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Eles não têm emprego na cidade?

**O SR. CLAUDIR FAVER**.- Não, não fazem nada.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Como eles vivem?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Através da FUNAI e das famílias, pressionando um ou outro para obterem dinheiro. A FUNAI dá cesta básica e tudo. A gente sabe que o indígena tem o direito, e acho que se tem de preservar isso. Acho que ele deve ser respeitado como indígena, como cidadão, como pessoas humanas que são, mas é a FUNAI que...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CLAUDIR FAVER**. - Olhe, era para ser nove famílias. Depois tiveram mais algumas famílias, mais alguns filhos. Deve ter lá umas 15 famílias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - As áreas que eles querem é de quanto?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Ali, 1.965 hectares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Quantos proprietários são?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Nós somos 65 proprietários. Tem duas propriedades grandes, e o resto, ao redor, são pequenos proprietários. Eu também sou um pequeno proprietário.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Esses índios vieram de onde? E como eles foram chegando? E desde quando, exatamente, eles foram chegando?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Eu citei dois nomes aqui, que vieram trabalhar em 1993 — vieram trabalhar. Aí ficaram morando. Quando foi criado o Bairro São João Maria, eles foram morar no Bairro São João Maria. Depois é que começaram a vir os outros. Eu conheço o Porticão, o Valbari e o Valdecir, que é o irmão dele. Daí tem mais dois irmãos cujos nomes a gente não sabe; não temos muito contato com eles. Eles vieram bem depois. Não existia índio antes lá, não.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Pelo que eu percebi, pode ser que eu tenha entendido errado, eles moram na área urbana e ameaçam os agricultores na área rural. É isso?





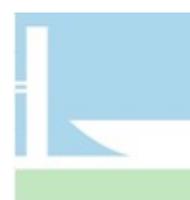
**O SR. CLAUDIR FAVER** - Os indígenas moram na área urbana. Quem quiser ir hoje lá comprovará tudo. Essa área, no começo, era uma área do Colégio Agrícola Municipal, foi adquirida para o Colégio Agrícola. Depois foi criado esse bairro dentro desse terreno municipal. E eles convivem dentro desse terreno municipal lá, que é o Bairro São João Maria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Eu queria que você, Faver, nos colocasse a situação. Na verdade, os indígenas ali na região trabalham nas indústrias, fora da área, não é? Não sei se lá tem a Cooperativa Aurora. Em outros lugares, os indígenas trabalham na Cooperativa Aurora, inclusive lá da área de Ipuçu. Ali, aquele pessoal que trabalha lá também? Peço você detalhasse o que aconteceu com a questão do assassinato do Olices Stefani, que era o Presidente do Sindicato. Você tem conhecimento de como é que foi a história? Por que houve esse assassinato? Foi descoberto quem fez, quem praticou isso? E houve prisão? Foram punidos aqueles que fizeram o ato lá? Você tem conhecimento desse ato que aconteceu lá em Aberlado Luz?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Então, nesse dia trágico, tinham se criado — os indígenas trazidos de fora, a FUNAI ajudou a trazer esses indígenas... Criaram barreiras nas rodovias, nas estradas que dão acesso a essa propriedade, onde esses agricultores... O Olices Stefani foi assassinado nessa barreira, e mais cinco foram sequestrados. Ficaram sequestrados a noite inteira, até que a Polícia Federal veio para poder retirá-los. Estavam detidos pelos indígenas. Então, foi isso. A gente ficou muito apreensivo, porque não tinha necessidade de estar fazendo barreira, assassinando pessoas, sequestrando pessoas, botando em cativeiro, porque, na verdade, colocaram em um cativeiro, por 24 horas, praticamente o Sérgio Dalben, o José Trevisan, Carlinhos Senes Pinto e mais dois funcionários que estavam junto com eles, que estavam indo às lavouras, porque, às vezes, eles iam à noite às lavouras ver os tratores trabalhar, porque plantavam.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Não. Até hoje foram condenados, mas não ficaram nem 1 hora presos. Têm condenação, sim, mas não ficaram presos, até hoje, sequer 1 hora.





**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Pelo que eu entendi, os índios que colocaram as barreiras e cometeram o assassinato não eram os índios que moram na cidade. Eles foram trazidos pela FUNAI e cometeram esse assassinato. É isso?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Não. Quem foi constatado pela Justiça já está condenado. Só que trouxeram mais índios para reforçar, porque ali são poucos. Então, eles trouxeram, de ônibus, índios para reforçar e fazer essas barreiras. Agora, eu afirmar quem foi, não, porque quem está sendo condenado são os caciques e os caras dali, que foram, como a Justiça determinou, os assassinos.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Esses índios vieram de ônibus, o.k.? Qual foi a empresa que os trouxe? O senhor sabe identificar?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Não.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Não, não é? E esses índios que vieram, eles permaneceram na região ou foram embora?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Eles permaneceram naquele dia e depois foram embora. É assim: quando eles vêm para ajudar lá — eles trazem índio de fora —, eles vêm, ficam aquele período ali e depois vão embora. Eles não permanecem ali, não.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O senhor sabe dizer de onde vieram esses índios que ficaram temporariamente na área?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Nem eu nem ninguém pode dizer, porque não se sabe de onde vêm. Isso é uma coisa que só a FUNAI pode responder, porque nós, ou qualquer agricultor, não podemos responder, porque não sabemos de onde eles vêm.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Os que foram presos e condenados são desses que vieram de fora, não é?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Os que foram presos, condenados, mas que não ficaram lá são os atuais ali, são quatro. São quatro os indígenas que foram condenados. Todos eles moram ali no bairro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Seu Claudir Faver, há uma notícia de que tem pessoas interessadas em que essa área se torne indígena para arrendar as terras em proveito próprio. Você sabe de algum caso de alguém que





está porventura fomentando esse processo de fazer com que a área se torne indígena para arrendar as terras dos indígenas ou já estão fazendo isso em interesse próprio? Alguma liderança, alguma pessoa, algum político ou alguém que possa estar fazendo essas operações lá? A gente ouviu falar que está acontecendo isso. Você sabe de algum caso concreto sobre isso?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - A gente sabe que existem pessoas interessadas, mas tudo no anonimato; eles não aparecem. Até me faltou a memória... Na semana passada, um cidadão de Xanxerê que já planta na área lá do Pinhal, no Ipuçu, comentou muito interessado que não via a hora que ficasse indígena para que ele pudesse arrendar e plantar. E tem muitos interessados, sim. O pessoal quer que fique indígena para eles arrendarem. Então, o indígena não quer terra para ele trabalhar, para ele morar. Eu acho que a responsável de tudo isso... Eu dou mais responsabilidade à FUNAI, porque eu acho que ela que é a liderança primeira dos índios, que deve ver e que está aí, fazendo esse trabalho. Não aparecem essas pessoas, mas têm interesse, sim.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Esse cidadão de Xanxerê, que o senhor disse que tem interesse, ele já planta em terra de índio, arrendando? É isso?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Esse cidadão planta na terra indígena, em torno do Pinhal, no Ipuçu, porque lá é uma área mesmo de indígena. Esse já é arrendatário lá. Só que eu não me lembrei de pegar o nome dele, de falar com ele como é que é, qual é o nome dele.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Então, em síntese, ele paga aos índios para plantar nas terras indígenas?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Ele arrenda lá...

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Positivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Você tem mais alguma coisa importante a colocar? Nós queríamos que você o fizesse. Não sei se o Cleomar também... Certamente esses índios que moram fora da área, na área urbana, eles têm atividade. E os filhos desses indígenas? Eles estudam em alguma escola pública ou privada? Ou é escola específica para indígenas a que eles estão levando seus filhos para estudar? Como é essa relação desses indígenas com o Município,





com a cidade, com a integração? E as crianças? Elas estudam junto com as outras crianças nas escolas do Município?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Colatto, eles têm uma escola indígena lá mesmo. Tem ali, na...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Dentro da aldeia?

**O SR. CLAUDIR FAVER** - Dentro da aldeia deles, têm, com uma professora que dá aula inclusive da língua caingangue, essas coisas. Eles têm. Mas estudam nas escolas públicas do Município também. Então, tem também indígena que estuda na escola pública. Mas eles têm lá, não é... Eu queria, por esta oportunidade, dizer que a gente tem sempre, lá, uma intranquilidade. A gente convive com isso. A gente não tem certeza de nada. E a gente espera que as pessoas que têm responsabilidade, vocês que estão hoje aqui... Eu me permito levar a angústia do que a gente está vivendo nessa propriedade, para que... A gente quer paz. A gente não quer conflito nenhum. A gente quer tranquilidade. A gente respeita a pessoa indígena como ser humano. Eu sempre tenho respeitado. Eu sempre defendi o pequeno agricultor, porque eu também sou pequeno agricultor. Sou ex-presidente do sindicato, também, sempre defendendo o pequeno agricultor e aquela propriedade ali. Mas a gente está vivendo, sempre, nesse impasse, e a gente não tem certeza de nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Bom, então, queremos agradecer ao Wolmar Martini e ao Claudir Faver, da área denominada Imbu, em Abelardo Luz, Santa Catarina, e que deram seu depoimento. Gostaríamos de pedir que, caso possuam algum documento, deixem conosco. (*Pausa.*) Por favor. Ele tem alguns documentos aqui e está entregando para o Dr. Fernando, que dará o recibo. Eles vão ser integrados à CPI.

Agradecemos ao Dr. Fernando, ao Dr. Marcelo, que nos ajudaram aqui para ver se nós conseguimos encaminhar solução para isso. É por isto que a CPI está sendo realizada: reconhecer os direitos dos agricultores. Como se falou aqui, a questão não são as terras, porque as terras indígenas são, hoje, 13% do território nacional. Lá em Abelardo Luz, a área indígena Chapecó, que tem 15 mil hectares, já titulada, demarcada, homologada. Então, não há por que expandirmos essa outra área com uma pequena comunidade. Realmente, talvez tenha sido um ato político





de algum Prefeito, no passado, que criou todo esse problema para Abelardo Luz. Nós vamos tentar buscar saídas, já que está judicializado, inclusive, com a anulação da portaria. E o Governo e a FUNAI já recorreram para reverter essa situação.

Então, queríamos agradecer aqui por esse depoimento de vocês. Obrigado por terem vindo colaborar com a CPI da FUNAI e do INCRA que a Câmara dos Deputados está fazendo para clarear essa questão e buscar soluções para a questão indígena e para os assentamentos. Em Abelardo Luz, também há os assentamentos da reforma agrária. E nós estamos trabalhando para titular as terras daqueles agricultores que têm o direito e resolver, também, outro problema que são os assentamentos dentro do processo da reforma agrária brasileira. E o Município de Abelardo Luz está incluído nesse processo.

Muito obrigado.

